

# Esperando e querendo

## Waiting and wanting

CARDOSO, Bruno.

**Todos os olhos: videovigilâncias, voyeurismos e (re) produção imagética.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

### Rafael Godoi

Pós-doutorando, doutor e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Fez especialização em Investigação Etnográfica, Teoria Antropológica e Relações Interculturais na Universidade Autônoma de Barcelona. É membro do grupo de pesquisa “Cidade e Trabalho” do Laboratório de Pesquisa Social (LAPS) do Departamento de Sociologia da USP. Desenvolve pesquisas em sociologia da punição, do controle e da cidade.

**E-mail:** godoirafa@gmail.com.

**SUBMETIDO EM:** 30/04/2015

**ACEITO EM:** 07/08/2015

## RESENHA

### RESUMO

Esta resenha apresenta o livro “Todos os olhos: videovigilâncias, voyeurismos e (re)produção imagética”, de Bruno Cardoso. Os principais achados de pesquisa, bem como os argumentos centrais do trabalho são expostos e discutidos de modo a evidenciar os mais importantes deslocamentos propostos pelo autor para o aprofundamento do debate sobre os dispositivos contemporâneos de vigilância urbana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vigilância eletrônica; Segurança pública; Imagem.

### ABSTRACT

This review presents the book “Todos os olhos: videovigilâncias, voyeurismos e (re)produção imagética”, written by Bruno Cardoso. The main research findings as well as the central arguments of the book are presented and discussed in order to highlight the most important questions proposed by the author for further debate on contemporary urban surveillance devices.

**KEYWORDS:** Electronic surveillance; Public safety; Image.

De vez em quando  
todos os olhos se voltam pra mim,  
de lá de dentro da escuridão,  
esperando e querendo  
que eu seja um herói.  
(Tom Zé, Todos os olhos)

**M**ais que bem vinda é a publicação do livro “Todos os olhos: videovigilâncias, voyeurismos e (re)produção imagética” de Bruno Cardoso, professor de sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Originalmente escrito como sua tese de doutorado, defendida em 2010, o texto condensa uma longa trajetória de pesquisa dedicada à compreensão das práticas e dos sentidos que se conformam no mundo social das câmeras de vigilância, de seus operadores, de seus alvos e das inúmeras mediações que os articulam<sup>1</sup>. Sem exageros, é possível afirmar que se trata de uma pesquisa triplamente estratégica: pelo tema que aborda, pelo momento em que se efetua e pela forma de realização. A relevância do tema é evidente: sistemas de videomonitoramento são cada vez mais centrais nas políticas de promoção da segurança pública, bem como na proteção de bens e espaços privados. Quanto ao momento oportuno, há de se considerar que, tendo início em 2006 e com o trabalho de campo concentrado em 2008, a pesquisa capta o começo do funcionamento maciço do sistema público de vigilância eletrônica do espaço urbano no Rio de Janeiro – e, por extensão, no Brasil. Ainda mais importante é como se realiza a pesquisa: a etnografia nos próprios espaços de controle das câmeras, junto a seus operadores humanos e não-humanos; ambiente desconhecido e idealizado em igual proporção – lá dentro da escuridão, de onde, de vez em quando, todos os olhos se voltam para nós, como canta Tom Zé, na música que empresta o título ao livro.

Seu teor narrativo e, ao mesmo tempo, ensaístico torna a leitura muito agradável, despertando profunda empatia pelo autor e por seus interlocutores – homens e máquinas. O trabalho é também interessante de ver, por ser repleto de links para vídeos disponíveis na internet – imagens que não são meras ilustrações de certas passagens do texto, mas que contribuem, em diferentes níveis, para a construção dos argumentos.

Dividido em cinco capítulos, o livro aborda o funcionamento cotidiano do sistema público de videovigilância carioca, mas também a proliferação de câmeras privadas e imagens que circulam pela internet – fundamentais na produção de um imaginário social pautado pelo desejo de flagrar. O segundo e o terceiro capítulos concentram os principais achados da pesquisa empírica realizada, inicialmente, no Centro de Comando e Controle (CCC) da Polícia Militar, no edifício sede da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro (SESEG) e, em seguida, num dos vinte Centros de Operações dos Batalhões (COBATs) que compunham o sistema naquele momento. No CCC todas as câmeras instaladas na cidade podiam ser acessadas, mas era nos COBATs que elas eram operadas. No primeiro, o trabalho dos operadores de câmeras dos segundos era monitorado, de modo que se eles se desviassem de seus objetivos – por exemplo, flagrando corpos femininos na praia – o operador do CCC podia tirar do ar a câmera indiscreta, ou assumir o seu controle. O próprio espaço do Centro de Comando manifestava a estrutura piramidal do monitoramento: no alto da sala, em um escritório envidraçado, o coordenador podia vigiar aqueles que, no CCC, vigiavam os operadores

<sup>1</sup> Sobre a vida social das coisas e mediações sociotécnicas, ver Latour (2005).

de câmera nos COBATs. Acima dele, mas em outros espaços, o secretário de segurança e mesmo o governador também podiam acessar as câmeras<sup>2</sup>, vigiar sua operação e, no limite, controlá-las diretamente. Trata-se, portanto, de uma estrutura de comando e controle fortemente hierarquizada<sup>3</sup>, sugerindo uma enorme concentração de poder relativa a uma cada vez mais ampla capacidade de visualização. Entretanto, tudo se mostra mais complexo quando o autor deixa de descrever a estrutura do sistema e passa a relatar o seu funcionamento cotidiano. Ao passar horas e horas no CCC, observando as imagens que se dispunham nas diversas telas, Cardoso pôde testemunhar a quase total impotência dos vigilantes (do espaço urbano e dos operadores de câmeras) em significar um fluxo de imagens de enormes proporções. Com frequência, notava câmeras ociosas, focadas num mesmo e monótono ponto por longos períodos; outras repetiam automaticamente os mesmos movimentos, numa velocidade que inviabilizava qualquer observação. Mesmo quando percebia uma vigilância mais ativa sendo realizada, as cenas flagradas do cotidiano da cidade, à distância e em tempo real, pouco ou nada podiam dizer ao observador:

Apesar da movimentação constante das câmeras, parecia muito difícil flagrar uma ocorrência qualquer, pois uma área muito abrangente era coberta por cada uma delas. Na maior parte do tempo eram imagens pouco claras, em que era difícil entender o que se passava. Recortes descontextualizados de cenas habituais cotidianas, milhares de fragmentos ininteligíveis sendo transmitidos ao mesmo tempo, imagens comuns misturadas e multiplicadas ao infinito (...) uma infinidade de imagens possíveis, amplamente superior ao efetivo humano disponível para a realização da tarefa de vê-las. (CARDOSO, 2014, p.109).

Para sustentar a importância do trabalho, que de resto parecia tão inócuo, os interlocutores de Cardoso quase sempre recorriam a imagens de arquivo, com raros flagrantes de ações delituosas e bem sucedidas intervenções policiais. Naquele ambiente futurista, mais do que uma vigilância ativa da dinâmica urbana, prevalecia o tédio da mais arcaica burocracia, só rompido por imagens de arquivo, por imagens indiscretas de um operador assanhado e, principalmente, pelas brincadeiras e conversas entre colegas de trabalho.

Contaminado pelo tédio que prevalecia no CCC, Cardoso pediu autorização para continuar sua pesquisa num COBAT, mais próximo, portanto, da operação efetiva das câmeras. Foi autorizado a frequentar o Centro de Operações do 19º Batalhão da Polícia Militar cujas câmeras se dispunham, principalmente, na orla das praias de Copacabana e do Leme<sup>4</sup>. Ao tomar conhecimento do que se passava nesse recôndito da escuridão, pouco ou nada do temor civil à invasividade do poder resta ao leitor. Descortina-se, então, um outro sentido para a frase comumente associada à videovigilância: “Sorria, você está sendo filmado!” – de aviso simpático (ou hipócrita) converte-se em ironia, senão em aberto escárnio. Cardoso relata as várias dificuldades que marcavam o cotidiano da operação das câmeras, seja no que se refere aos proliferantes problemas técnicos, seja no que chama de “integração descoordenada” (CARDOSO, 2014, p. 173) entre os vários agentes (homens e máquinas) que operam entre o COBAT e a rua<sup>5</sup>, seja na própria composição da equipe de operadores de câmeras. Em linhas gerais, esses operadores eram ex-policiais e ex-bombeiros reformados ou aposentados, com idade avançada, apresentando muitas vezes problemas de visão, desconhecimento

<sup>2</sup> Cada COBAT e mesmo o CCC também eram vigiados por câmeras.

<sup>3</sup> Que possibilita até mesmo o controle da atividade policial nas ruas da cidade, como ressalta Cardoso (2014, p. 144-146).

<sup>4</sup> Tratava-se do COBAT que estava há mais tempo em funcionamento (CARDOSO, 2014, p. 119).

<sup>5</sup> Como explica o autor, o trabalho no interior de cada COBAT era dividido entre operadores de câmeras e despachadores – responsáveis pela comunicação, via rádio ou telefone, com as unidades policiais espalhadas pelas ruas.

de informática e de inglês – a língua do *software*<sup>6</sup>. Ademais eram contratados como “voluntários” de uma associação, numa espécie de programa assistencial; portanto, eram muito mal remunerados e não desfrutavam de garantias de estabilidade, nem direitos trabalhistas.

No COBAT, a distância entre programa e prática se revela por inteiro e se mostra maior do que o mais cético analista poderia crer. Não obstante, a vigilância que ali se realizava manifesta outras características fundamentais do sistema de videomonitoramento urbano, especialmente no que diz respeito à seletividade do olhar. Essa seletividade apresenta múltiplas dimensões: ela operava quando as câmeras eram postas para funcionar no modo automático, enquanto o observador se distraía com outras atividades; operava também quando o vigilante se punha a observar pessoas que apresentavam perfis geralmente (e preconceitualmente) associados à criminalidade – jovens negros e moradores de rua, mas também os turistas, considerados vítimas potenciais. Mais revelador ainda dessa seletividade era a interdição à observação de favelas<sup>7</sup>. Quando o operador dirigia seu olhar para algum ponto desses territórios, muito rapidamente, sua câmera passava a ser controlada por um monitor do CCC, ou por alguém ainda superior, que desviava o foco ou desligava a transmissão. Para o pesquisador e seus interlocutores era impossível saber ao certo de onde vinha ou quais eram os motivos dessa interdição – se para acobertar práticas violentas ou corruptas de policiais, ou se para não interferir em outras investigações; o certo é que o sistema de videovigilância não objetivava a favela, só os favelados quando desciam para a praia.

No final do livro, Cardoso muda de registro, mas não necessariamente de tema. Segue explorando esse universo social da superabundância de imagens, mas, então, como sujeito que navega pela internet, fazendo uma espécie de “participação observante” (CARDOSO, 2014, p. 26). Embora arriscado, o percurso não é fortuito se se considera que a profusão de imagens – de segurança, de flagrantes, etc. – é ainda mais farta no universo privado. Ao perseguir usos e recursos de compartilhamento de imagens na internet – via YouTube, mas também em sites pornográficos – Cardoso explora os cada vez mais redefinidos e fluentes limiares da vigilância, do voyeurismo, do exibicionismo, também da ficção e da realidade.

No final do livro, Cardoso muda de registro, mas não necessariamente de tema. Segue explorando esse universo social da superabundância de imagens, mas, então, como sujeito que navega pela internet, fazendo uma espécie de “participação observante” (CARDOSO, 2014, p. 26). Embora arriscado, o percurso não é fortuito se se considera que a profusão de imagens – de segurança, de flagrantes, etc. – é ainda mais farta no universo privado. Ao perseguir usos e recursos de compartilhamento de imagens na internet – via YouTube, mas também em sites pornográficos – Cardoso explora os cada vez mais redefinidos e fluentes limiares da vigilância, do voyeurismo, do exibicionismo, também da ficção e da realidade.

Das várias questões que o autor aborda<sup>8</sup>, uma discussão lhe parece especialmente

<sup>6</sup> A justificativa para o emprego desse perfil de agente na operação das câmeras passava, entre outros fatores, por uma exaltação do olhar treinado na identificação de situações delituosas, que só se desenvolve com anos de experiência – “o olhar maldoso”, nos termos de alguns interlocutores de Cardoso (2014, p. 214-216).

<sup>7</sup> Embora a maioria das câmeras estivesse disposta na orla, algumas delas abarcavam favelas em seu campo de visão.

<sup>8</sup> O valor judicial das imagens, as estratégias de alocação das câmeras, as dificuldades impostas pela inevitável captação de imagens de espaços privados, os usos jornalísticos e/ou publicitários dos flagrantes efetuados são só alguns exemplos de relevantes questões discutidas no decorrer do texto.

cara. No esforço de desvencilhar-se do alarmismo antivigilância que prevalece em amplos setores sociais, e que vem sendo, com efeito, muito informado por uma leitura vulgarizada das análises foucaultianas do poder disciplinar, Cardoso, em diferentes momentos, enfatiza a heterogeneidade que se verifica entre a vigilância eletrônica urbana e a vigilância exaustiva disciplinar que Foucault descreveu e analisou. Aponta, portanto, para uma alteração substantiva no vínculo que articula capacidade de visão e exercício do poder. Ressalta que, nos tempos que correm, de um lado, ser visto pode significar um acréscimo de poder – o poder das celebridades, por exemplo; de outro lado, e mais importante, ser visto pode não significar uma sujeição, um assujeitamento, como na tecnologia disciplinar “clássica”. Sob um regime de superabundância de imagens, o sujeito pode, muitas vezes, ser visto, mas não notado – ou, em outros termos, pode ter sua imagem captada, sem que ela seja considerada – de tal modo que a observação se esvazia de consequências, já não representa injunções a determinados cursos de ação, nem maiores constrangimentos a outros. A partir desses elementos, o autor infere uma passagem: de um regime disciplinar de visibilidade para outro, heterogêneo, pós-disciplinar.

Entretanto, não é porque (alguns) sujeitos sejam empoderados pela observação da qual são o alvo, nem porque outros não sejam tão coagidos diante dela como se esperaria que as diferentes estratégias de poder deixassem de operar e produzir efeitos. Como ressalta o próprio Foucault (2008a, p. 142-143), entre soberania, disciplina e dispositivos de segurança<sup>9</sup> não há sucessão histórica, mas articulação contínua, sujeita a seguidos rearranjos e reinvestimentos. Se as alterações – passagens – no jogo de proeminências que se estabelece entre essas estratégias de poder no decorrer do tempo são o objeto genealógico por excelência, as articulações, arranjos e funcionalizações que se estabelecem entre elas em determinados momentos e lugares – as topologias do poder (COLLIER, 2011) – podem, com maior proveito, ser objeto de estudos etnográficos. A etnografia de Cardoso está repleta de pistas que poderiam servir para uma reflexão sistemática sobre como tecnologias disciplinares, dispositivos de segurança e formas de soberania se compõem e se articulam no que pode ser visto como uma modulação da gestão cotidiana da cidade contemporânea – mas, ao enfatizar a passagem, acaba por perder de vista essa composição.

Não obstante essa possível ressalva, “Todos os olhos” interessa pelos valiosos dados etnográficos que apresenta, pelas questões que levanta e pela abrangência de dois grandes movimentos que podem ser discernidos no decorrer do trabalho. De um lado, um movimento que distancia o leitor da “sobredeterminação técnica” (CARDOSO, 2014, p. 240) que, em grande medida, fundamenta o imaginário social mais amplo sobre o videovigilantismo; de outro, um deslocamento do próprio foco de problematização: dos sistemas de videomonitoramento do espaço urbano ao regime de visibilidade (ou do olhar) que vigora no presente.

Segundo o autor, sobredeterminação técnica – ou mesmo “determinismo técnico” (CARDOSO, 2014, p. 236) – designa uma disposição analítica que enfatiza excessivamente a capacidade de visualização proporcionada pela tecnologia – câmeras, computadores e *softwares* – e seus efeitos de poder, minimizando, quando não desconsiderando, a importância das relações entre os seres humanos implicados na videovigilância e, principalmente, da relação entre homens e máquinas. Essa postura se verifica tanto nos discursos que versam sobre as funcionalidades múltiplas da vigilância eletrônica para a manutenção da ordem e promoção da segurança pública,

<sup>9</sup> Ou biopolíticos, ou governamentais (FOUCAULT, 2008a, 2008b).

quanto nos que denunciam suas essencialidades violentas e/ou totalitárias. Sem documentar o “progresso” da segurança pública, nem evidenciar sua “falácia”, Cardoso interpela as interações efetivas entre homens e máquinas, possibilitando uma visão mais matizada das potencialidades, virtuosas ou ameaçadoras, desses dispositivos – necessariamente sujeitos à interferência do tédio, da desatenção, da galhofa entre amigos e da procrastinação. Diante do determinismo tecnológico que prevalece entre apologistas e críticos do videomonitoramento, “Todos os olhos” permite um deslocamento do olhar, ao mostrar algo tão simples, quanto olvidado: que “[o] vigilante não existe sem a câmera, e a câmera não tem nenhuma função sem o olhar” (CARDOSO, 2014, p.179).

Em seu segundo grande movimento, o livro ultrapassa – sem abandonar – o escopo de problemas próprios da videovigilância urbana, ao propor uma reflexão mais ampla sobre o novo regime de visibilidade que vigora em nossos tempos – profundamente alterado por sucessivas e aceleradas revoluções tecnológicas nos dispositivos de (re) produção de imagens: o computador, a internet, o *camerafone*, etc. Cardoso relativiza o papel da videovigilância promovida pelo Estado, frente a um processo massivo de duplicação imagética proporcionado pelo desenvolvimento e proliferação de novas tecnologias de captação e difusão de imagens. Nesse renovado contexto de superabundância de imagens, a vigilância policial carece de centralidade – as imagens que produz não necessariamente desfrutam de privilégios sobre as demais. Nessa discussão, não está em questão tão somente a intensificação do olhar vigilante, mas, sobretudo, transformações mais amplas no “próprio estatuto da imagem” (CARDOSO, 2014, p. 296) e nos padrões de exibição e vergonha que, no mundo contemporâneo, organizam subjetividades e socialidades. Cardoso sugere, portanto, um deslocamento da problemática da vigilância e seus poderes para a do flagrante e suas estéticas, uma vez que “[a] vigilância é maçante, entediante, enquanto o flagrante excita” (CARDOSO, 2014, p. 294 – grifos do autor). O flagrante – e não exatamente o controle ou a norma – é o que, por toda parte, dentro e fora das salas de videomonitoramento, todos (os olhos) estão esperando e querendo.

Ao seguir os dois grandes movimentos do livro aqui ressaltados, constatamos que o sistema de videomonitoramento urbano, por mais tecnológico e avançado que possa ser, não pode deixar de ser humano; que por mais que se expanda, não pode deixar de ser um circuito restrito, uma pequena região de um universo muito maior. Ambos os movimentos sugerem que lá dentro da escuridão, de onde, de vez em quando, todos os olhos se voltam, ecoa a mesma vindicação de quem, na música de Tom Zé, é visto: “Mas eu sou até fraco, eu sou até fraco, eu sou até fraco”.

## Referências Bibliográficas

- CARDOSO, Bruno. **Todos os olhos: videovigilâncias, voyeurismos e (re)produção imagética**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e FAPERJ, 2014.
- COLLIER, Stephen, J. Topologias do poder: a análise de Foucault sobre governo político para além da ‘governamentalidade’. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, 2011, p. 245-284.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- \_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Ed. 34, 1994.